

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.539 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2002

Célio Azevedo



Comissão de Assuntos Econômicos votará projeto que facilita a renovação das frotas de táxis por meio de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados

Projeto torna permanente isenção de IPI para taxista

Está pronta para votação na Comissão de Assuntos Econômicos proposta que autoriza, em caráter permanente, a compra de carros novos por motoristas de táxi com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), desde que haja intervalo de três anos entre as aquisições. A legislação atual, que vigora só até 31 de dezembro do próximo ano, restringe o benefício a duas vezes na vida de um motorista.

PÁGINA 3

Governo age sem visão ambiental, afirma Marina

PÁGINA 3

Pescador e pequeno produtor rural podem ter anistia de dívidas

Projeto de Wellington Roberto prevê redução de 50% nos débitos e refinanciamento do saldo em dez anos, com três de carência e juros de 3% ao ano. A matéria será examinada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

PÁGINA 3



Pescadores e suas cooperativas estão entre os beneficiários do projeto que anistia 50% das dívidas



CASTELINHO

O
REINVENTOR
DO
JORNALISMO
POLÍTICO NO
BRASIL

Francelino Pereira

Brasília - 2001

Senado doa obras em braile e faz lançamento no Salão do Livro de MG

Alunos deficientes visuais visitam hoje o estande do Senado no Salão do Livro de Minas Gerais. Na ocasião, a escola que frequentam receberá doação de obras em braile. O estande também vai promover o lançamento do livro *Forças de Minas no Senado*, pelo senador Arlindo Porto, e sessão de autógrafos do senador Francelino Pereira em obras de sua autoria, como *Castelinho, o Reinventor do Jornalismo Político no Brasil* (foto).

PÁGINA 2

Conselho de Comunicação vai analisar uso de tecnologia digital

Primeira consulta feita pela Mesa do Senado ao Conselho de Comunicação Social refere-se ao uso do sistema digital no processo de transmissão de dados pelos meios de comunicação.

PÁGINA 3

Convênios permitem estágios de universitários no Legislativo

PÁGINA 2

Especialistas e usuários debatem o Portal Interlegis

Encontro, a ser transmitido por videoconferência, vai permitir a funcionários legislativos do país expor suas experiências

O Programa Interlegis realiza, amanhã e quarta-feira, um encontro de especialistas e funcionários legislativos que trabalham com portais na Internet com o objetivo de aperfeiçoar forma e conteúdo para o Portal Interlegis (www.interlegis.gov.br).

Os participantes irão expor sua experiência em administração e alimentação de portais. Será também avaliada a versão atual do Portal Interlegis, sob os pontos de vista de informação, comunicação, educação, aspectos gráficos, funcionalidade e navegabilidade, além da indicação das melhores soluções de aperfeiçoamento dessa versão do portal. Os técnicos das assembleias legislativas e câmaras municipais pode-



irão expor suas expectativas e as necessidades da comunidade legislativa em relação ao portal.

O evento será transmitido por videoconferência para todas as assembleias estaduais e para a Câmara Legislativa do DF.

O diretor da Coordenação Especial do Programa Interlegis

(CEI), Paulo Fontenele, abrirá os trabalhos apontando as finalidades específicas do *workshop* e os resultados esperados.

As palestras enfatizarão temas como montagem de bancos de dados, disponibilidade de portais nas casas legislativas, e métodos utilizados na alimentação noticiosa do Portal Interlegis.

Técnicos das assembleias legislativas de Roraima e de São Paulo e das câmaras municipais de Salvador (BA) e de Chapecó (SC) farão uma avaliação do Portal Interlegis sob o ponto de vista das demandas de informação e de comunicação da comunidade legislativa. Técnicos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara Municipal de Catanduva (SP) mostrarão a experiência dessas casas na disponibilização de informações legislativas pela Internet.

Deficientes visuais ganham legislação em braile

O estande do Senado no 3º Salão do Livro de Minas Gerais recebe hoje, a partir das 13h30, cerca de 20 alunos deficientes visuais do Instituto São Rafael de Belo Horizonte, que irão conhecer obras em braile publicadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Na ocasião, a coordenadora do Instituto, Lúcia Brasil, recebe da equipe do Senado uma coleção com livros em braile, incluindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei de Doação de Órgãos, o Código de Defesa do Consumidor e a Constituição de 1988. O Senado Federal é o único expositor a trazer publicações na linguagem especial para os cegos.

Dentro da programação do estande do Senado, as crianças e professores do Instituto São Rafa-

el poderão aproveitar a passagem pelo Salão do Livro para ouvir histórias infantis, narradas e cantadas por artistas locais.

Os deficientes visuais representam um numeroso segmento da população. Estima-se que cerca de 10% dos brasileiros tenham algum tipo de problema na visão. O Censo de 2000 identificou que os deficientes visuais são os mais numerosos entre os deficientes físicos. Com a iniciativa, o Senado contribui para a inclusão desse público entre os visitantes dos eventos literários de que participa em todo o país.

LANÇAMENTO

Na próxima sexta-feira, às 18h, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) promove o lançamento do livro *Forças de Minas no Senado*. No mesmo dia, às 19h, o senador Fran-

celino Pereira (PFL-MG) autografa seus livros *Uma Visão de um Estadista da República*, *Pedro Aleixo; Milton Campos, o Reformador Social e Político*; e *Castelinho, o Reinventor do Jornalismo Político no Brasil*.

Desde a abertura do Salão do Livro, o estande do Senado vem atendendo a população interessada nos livros do Conselho Editorial e em legislação atualizada, vendidos a preço de custo. A Constituição de 1988, por exemplo, pode ser adquirida por R\$ 7 na versão impressa e por R\$ 2 em disquete.

Os visitantes também têm à disposição dois computadores conectados à Internet para navegação nos bancos de dados da Casa e podem assinar, gratuitamente, o *Jornal do Senado*. O Salão do Livro segue aberto até o dia 18 de agosto.



Diretor-geral do Senado, Agaciel Maia (à esquerda), e dirigentes da União Educacional do Planalto Central assinam convênio

Senado recebe alunos da Uniplac para estágio

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, assinou, na última sexta-feira, convênio com a União Educacional do Planalto Central (Uniplac), instituição de ensino superior que ministra os cursos de Fisioterapia, Medicina e Odontologia. O convênio tem por objetivo possibilitar aos alunos da universidade a realização de estágios no Senado Federal.

— Com os convênios, nós contribuimos na formação dos estudantes. E, como retorno, há a divulgação positiva dos trabalhos do Senado e a conscientização sobre o papel da instituição na vida política brasileira — afirmou Agaciel.

Para o diretor-geral, os estágios contribuem para melhorar o nível acadêmico das instituições de ensino. O presidente da Uniplac, Aparecido dos Santos, destacou o salto qualitativo que o convênio proporcionará à instituição.

Os convênios com universidades do Distrito Federal estão sendo firmados há cerca de três anos e já contemplam a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Católica de Brasília (UCB), o Centro Universitário de Brasília (Uniceub) e o Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb). Cerca de 400 alunos fazem, por ano, estágios no Senado, informou Agaciel.

Rádio Senado apresenta especiais sobre grandes temas

A Rádio Senado apresenta a partir de hoje uma série de programas especiais sobre alguns dos principais assuntos discutidos pelo Senado nos últimos meses. Produzidos pela equipe de jornalistas da rádio, os especiais contêm informações sobre a tramitação de projetos como combate à violência e mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de retrospectiva das audiências públicas e discursos feitos na Casa.

— Com esses programas, o ouvinte poderá ter uma idéia das discussões de temas que podem mudar a vida dele — afirma o diretor

da Rádio Senado, Max Fabiano.

No programa de hoje, às 14h, serão enfocados projetos de combate à violência. Amanhã será apresentada a primeira parte do programa sobre as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho, e na quarta-feira a segunda parte, ambos às 14h30. A reforma do Judiciário na quinta-feira, às 10h; e o Protocolo de Kyoto, na sexta-feira, às 9h.

Na próxima semana, os programas serão sobre o Conselho de Comunicação Social, a clonagem humana e as CPIs do Futebol, do Roubos de Cargas e das Organizações Não-Governamentais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Anistia de 50% para pequenos agricultores

Proposta de Wellington Roberto inclui empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste, além de débitos junto ao FAT e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Pescadores também são beneficiados

Os pequenos produtores rurais e os pescadores e suas cooperativas poderão ter anistias 50% das suas dívidas contraídas junto ao Banco do Brasil ou ao Banco do Nordeste, conforme estabelece projeto de lei do senador Wellington Roberto (PTB-PB). A medida se estende às dívidas provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.



Wellington Roberto argumenta que o custo do crédito rural tornou-se elevado

A proposta foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, posteriormente, será submetida a decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo o projeto, os saldos devedores das dívidas, após a aplicação do re-

financiamento de 50%, serão refinanciados por dez anos, com três de carência e taxa de juros de 3% ao ano. Serão beneficiados pela medida os mutuários que estiverem adimplentes com suas obrigações ou que se dirijam ao banco para re-actualizá-las até o dia 31 de dezembro de 2003.

Wellington Roberto argumenta que, até a década de 80, os pequenos produtores rurais contraíam empréstimos a juros subsidiados e havia o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que proporcionava cobertura total ou parcial da dívida em caso de perda da produção. Com a desativação do Proagro, acrescentou, esse tratamento favorecido desapareceu nos anos 90. “Os recursos passaram a ter custo elevado, com juros acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fato que levou à quase falência muitos pequenos produtores”, frisa o senador.

Ele observa que os pescadores, que se vêm organizando em colônias para melhorar sua produtividade, estão enfrentando os mesmos problemas.

Marina cobra execução de metas da Rio-92

“No Brasil, as comunidades fizeram seu dever de casa. Quanto ao governo, está muito longe de ter feito isso.” A afirmação é da senadora Marina Silva (PT-AC), ao criticar a omissão do governo brasileiro na implementação do que foi decidido sobre desenvolvimento sustentável na Rio-92 e que voltará a ser discutido agora, em Johannesburgo (África do Sul), na reunião Rio + 10, também chamada de Cúpula da Terra.



Marina Silva afirma que governo brasileiro não implementou decisões sobre desenvolvimento sustentável

O encontro, que será realizado de 26 de agosto a 4 de setembro, é o mais importante encontro sobre desenvolvimento sustentável, desde o realizado há dez anos no Rio de Janeiro, afirmou Marina Silva. A Rio + 10 reunirá representantes de 196 governos, convocados pelas Nações Unidas.

Marina pregou um esforço para a continuidade das ações pactuadas na Eco-92, que foi seguida pela Rio + 5 e agora pela Rio + 10. Ela disse que, nos últimos dez anos, algumas coisas no Brasil avançaram, mas apenas em consequência da ação das comunidades.

– Do ponto de vista das políti-

cas públicas, ainda temos uma visão muito fragmentada de implementação e de efetivação dos compromissos – analisou.

Referindo-se à Agenda 21, “que recomenda um planejamento solidário, capaz de estabelecer um elo entre a geração atual e sua descendência”, a senadora afirmou que o governo brasileiro não tem incorporado a visão ambiental em suas ações. Ela ressaltou que o governo desprezou o seu projeto de lei sobre biodiversidade, regulamentando o assunto via medida provisória, “que não atende ao que foi pactuado”.

Quanto à reunião de Joanesburgo, Marina Silva considera importante a proposta que junta numa só discussão o problema ambiental e o social.

Taxista poderá usar isenção de imposto a cada três anos

Já está pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado projeto que permite aos motoristas de táxi comprarem carros novos com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), desde que haja um intervalo de três anos entre as aquisições.

Os senadores irão votar um substitutivo apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a dois projetos com a mesma fi-

nalidade – um do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e outro do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Tanto os autores quanto o relator observam que não tem sentido conceder a isenção por apenas duas vezes para um mesmo taxista, como prevê a atual legislação, e ponderam que há necessidade de uma lei permanente sobre o assunto. Desde 1982, o incentivo fiscal foi prorrogado por sete leis diferentes.



Substitutivo de Carlos Bezerra está pronto para ser votado

Carlos Bezerra salienta que com carros novos e mais baratos os taxistas podem oferecer um serviço mais seguro e confortável. Ele sustenta que a isenção não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige demonstração, na lei orçamentária, da perda que a União terá com a renúncia fiscal.

Conselho vai analisar digitalização de dados

O Conselho de Comunicação Social deve pronunciar-se, em breve, sobre o advento da digitalização no processo de transmissão de dados pelos meios de comunicação no país. Esse é o tema da primeira consulta encaminhada pela Mesa do Senado ao colegiado, que vai tomar conhecimento formal do assunto em sua próxima reunião, marcada para o dia 2 de setembro, conforme informou o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva.

Na mesma reunião em que decidiu fazer essa consulta, a Mesa também aprovou o regimento interno provisório do Conselho de Comunicação Social. Com 36 artigos, o documento define regras sobre a composição, o funcionamento e as atribuições do colegiado, que pode receber solicitações do Congresso Nacional, do Poder Executivo ou de entidades da sociedade civil.

Segundo o secretário-geral da Mesa, as únicas alterações promovidas pelo relator e 1º vice-presidente do Senado, Edison Lobão, no anteprojeto elaborado pelo conselho referem-se à vigência do



Raimundo Carreiro Silva também informou que foi aprovado o regimento provisório do colegiado

regimento provisório e ao prazo para aprovação do regimento definitivo.

– A Mesa estabeleceu que a provisoriedade do regimento deve coincidir com o término do mandato dos atuais conselheiros, em 31 de março de 2003 – informou. Até essa data, conforme acrescentou, o presidente do conselho deve providenciar um projeto definitivo de regimento, a ser discutido e aprovado em sessão especialmente convocada para esse fim.

Senado nas eleições

A partir de hoje, o *Jornal do Senado* publica um quadro informativo sobre as eleições deste ano, quando serão escolhidos 54 senadores, ou seja, dois terços da composição da Casa. Dos atuais senadores, 33 são candidatos à reeleição, dois compõem chapas como suplentes, 11 são candidatos a uma cadeira de deputado federal.

O Senado Federal constitui, em conjunto com a Câmara dos Deputados, o Poder Legislativo. No Senado não há proporcionalidade numérica entre os parlamentares eleitos pelos estados, pois na Casa es-

tão igualmente representados todas as 26 unidades da Federação e o Distrito Federal. É a instância de poder que consagra o conceito de Federação.

Os senadores têm mandato de oito anos, mas a cada quatro anos há renovação entre os parlamentares. Alternadamente, um e dois terços dos integrantes da Casa são renovados em eleições diretas, no sistema de maioria simples. Em 1998, cada estado elegeu um senador. Em 2002, serão eleitos dois por estado. Cada senador tem dois suplentes, que compõem a chapa escolhida pelo partido.

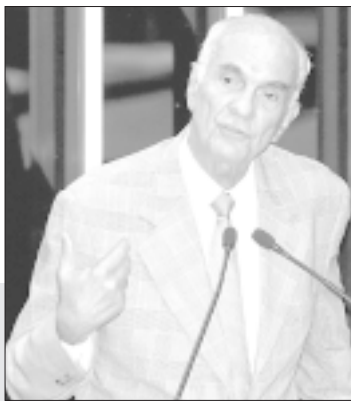
Faltam 55 dias para as eleições

Produto destinado a cegos pode ter isenção de tributos

Projeto de Roberto Saturnino retira IPI e Imposto de Importação de equipamentos que auxiliam portadores de deficiências visuais

Projeto de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) favorece a fabricação e a importação de equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados exclusivamente a portadores de deficiência visual. A proposta consiste em isentar do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os produtos que auxiliem os cegos e demais portadores de severas deficiências visuais em sua interação com a realidade. Com as isenções, os produtos teriam preços mais acessíveis. A isenção do Imposto de Importação não se aplicaria, porém, aos produtos com similar nacional.

A isenção do IPI e do Imposto de Importação, conforme Roberto Saturnino, poderia permitir que um maior número de deficientes visuais adquirisse os novos equipamentos, além de incentivar empresas nacionais a investir na fabricação de



Saturnino: isenção de tributos pode facilitar acesso de portadores de deficiência a novos equipamentos

produtos destinados ao setor. Para Saturnino, a grande maioria dos deficientes luta heroicamente para alcançar o próprio sustento, mas enfrenta imensas dificuldades, pelo alto custo ou inexistência no país de equipamentos adequados.

“Em plena era da informática, a indústria nacional ainda não dispõe de equipamentos voltados

para os deficientes visuais, como os *notetakers* em braile e impressoras *braile blazer embosser*, comuns em países desenvolvidos. Isso alija os deficientes do mercado de trabalho”, explica o senador, em sua justificativa.

Saturnino lembra que na Constituição de 1988 foram inseridos dispositivos visando assegurar condições para diminuir as dificuldades sofridas pelos deficientes. No entender do senador, porém, há muito a ser feito, especialmente em favor dos cegos. Ele afirma também que a renúncia fiscal decorrente da isenção seria irrisória, quando comparada ao volume total de receitas tributárias.

“Não é razoável exigir tributos sobre produtos destinados especificamente a portadores de deficiência tão grave como a cegueira”, ressalta. O projeto aguarda deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Maldaner propõe genéricos também para uso veterinário

Projeto apresentado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) procura estender o conceito de “genérico” aos medicamentos de uso veterinário. O senador quer alterar o Decreto-Lei 467, de 1969, que define de forma bastante ampla os produtos veterinários, compreendendo desde medicamentos propriamente ditos até os que possam contribuir para a higiene do animal.

A proposta aprimora a definição de “Produto de Uso Veterinário” e introduz o conceito de “Medica-

mento Genérico de Uso Veterinário”. O parlamentar afirma, na justificativa da matéria, que outras alterações são necessárias, como a atualização do valor das multas aplicáveis aos infratores.

De acordo com Maldaner, a iniciativa tem por objetivo a redução dos custos do setor. Ele lembra que a Lei 9.787, de 1999, que estabeleceu o conceito de medicamentos genéricos de uso humano, já começa a trazer benefícios para a sociedade, que passa a ter acesso a remédios de qualidade, a menor



Casildo Maldaner defende mudanças na legislação sobre produtos veterinários

custo. Já os produtos para uso veterinário, completou o senador, têm preços elevados no mercado, onerando o custo de produção pecuária e prejudicando o cuidado dos animais domésticos.

João Alberto elogia governador do Maranhão

Os cem dias de José Reinaldo Tavares à frente do governo do Maranhão foram considerados produtivos pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Para ele, o atual governador conseguiu aperfeiçoar a gestão de sua antecessora, Roseana Sarney.

Segundo João Alberto, nesse período o governador levou a termo mais de 300 intervenções em todo o estado nas áreas de infra-estrutura e social, investindo em estradas, energia elétrica, saneamento básico, saúde, educação e cultura. O senador destacou, entre elas,



João Alberto Souza diz que José Reinaldo obteve resultados positivos em cem dias

a entrega do Teatro Ferreira Gullar e a pavimentação das estradas que ligam Bacabeira a Rosário, Grajaú a Lajeado Novo e São Francisco do Brejão ao entroncamento com a BR-010.

O programa Luz para Todos, de eletrificação da zona rural, foi desenvolvido em 500 localidades de 194 municípios, informou João Alberto. No campo educacional, ele elogiou o Viva Educação, que abrange 100 mil alunos e é destinado a superar a defasagem idade-série no ensino médio.

Projeto de Freitas autoriza escola técnica no Piauí

O Poder Executivo poderá criar a Escola Técnica Federal de Piri-piri, no Piauí, caso o Senado aprove projeto nesse sentido de autoria do senador Freitas Neto (PSDB-PI). O parlamentar argumenta, na justificativa da proposta, que o estado conta atualmente com



Conforme Freitas Neto, Piri-piri tem condições ideais para sediar escola técnica

apenas um estabelecimento federal de ensino técnico, sediado em Teresina e com uma unidade descentralizada na cidade de Floriano. Ele observa que a maior parte dos estados conta com mais de uma unidade de ensino técnico, o que, por si só, justificaria a criação de novas escolas técnicas federais no Piauí.

A escola, de acordo com o projeto, manterá cursos de nível médio e profissionalizante, destinados à formação no setor agroindustrial.

Segundo Freitas Neto, Piri-piri oferece as condições ideais para a ins-

talação de uma escola técnica federal, que servirá para estimular o desenvolvimento da região. O município, observa, fica entre dois dos principais pólos econômicos do Piauí, que são Teresina e Parnaíba. Assim, a criação da escola beneficiaria todo o centro-nor-

te do estado.

O senador afirma que o ensino profissionalizante tornou-se indispensável ao preparo dos jovens para ingresso no mercado de trabalho, além de necessário ao aproveitamento de condições locais e regionais para o desenvolvimento.

O projeto, que será apreciado em decisão terminativa na Comissão de Educação, estabelece que a instalação da escola ficará subordinada a prévia consignação no orçamento da União, por iniciativa exclusiva do presidente da República.

Jucá destaca relatório sobre a defesa comercial do país

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a importância do Relatório do Departamento de Defesa Comercial (Decom) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para a economia brasileira. O documento tem o objetivo de oferecer



Romero Jucá sugere que outros órgãos divulguem relatórios semelhantes

ampla publicidade e transparência às transações comerciais realizadas fora do país, observou o parlamentar. O relatório foi elaborado pela Secretaria do Comércio Exterior (Secex) e traz informações sobre as atividades desenvolvidas na área de defesa comercial em 2001.

Romero Jucá informou que o relatório fornece um quadro minucioso das atividades realizadas pelo Decom, especialmente acerca das etapas das investigações e revisões contra práticas desleais e investigações de salvaguardas. São apresentados, também, dados sobre medidas aplicadas que se encontram em vigor e divulgadas estatísticas sobre as investigações reali-

zadas por tipo de medida, por produto e por país.

De acordo com Jucá, as três medidas de defesa comercial são direitos *antidumping*, direitos compensatórios em face de subsídios acionáveis ou proibidos e medidas de salvaguarda.

Na parte dedicada às estatísticas, observou, o relatório apresenta diversos quadros: históricos das investigações *antidumping* por produto e país, das investigações de subsídios por produto e país, das investigações de salvaguardas; investigações contra práticas desleais e por segmento econômico e medidas em vigor contra práticas ilegais.

— Num país que ainda se ressentia da falta de dados e estatísticas que permitam avaliar a eficácia das políticas públicas, iniciativas como essa devem ser saudadas como exemplos a serem seguidos por todos os órgãos e instituições da administração pública — afirmou o parlamentar.